



Prevcummins



RELATÓRIO ANUAL

2016





SUMÁRIO

3	Mensagem da Diretoria
4	Administração da Prevcummins
5	Educação Financeira
7	Principais Acontecimentos
8	Processo Eleitoral 2016
9	Prevcummins em Números
10	Rentabilidade
11	Resumo do Demonstrativo de Investimentos
13	Nível de Adesão e Contribuição ao Plano 2016
14	Participantes
15	Resultados Acumulados
16	PGA – Plano de Gestão Administrativa
17	Administração Externa
18	Política de Investimentos para 2017
19	Demonstrações Financeiras
27	Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
41	Relatório dos Auditores Independentes
43	Parecer Atuarial
50	Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal
51	Ata da Reunião Ordinária da Diretoria Executiva
52	Ata da Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo
53	Glossário

MENSAGEM DA DIRETORIA

Caro Participante,

Convidamos você à leitura do Relatório Anual 2016 da Prevcummins. Aqui você encontra informações relevantes para acompanhar de perto o desempenho do seu Plano de Benefícios, bem como o trabalho desenvolvido pela Entidade.

Nosso maior compromisso é apoiar o Planejamento Financeiro da sua aposentadoria e, para isso, trabalhamos com a máxima seriedade e transparência.

Depois de um período turbulento, 2016 foi um sinalizador de mudanças e perspectivas de retomada de crescimento da economia brasileira, que deve ocorrer em um prazo mais longo do que o inicialmente previsto.

Acontecimentos não faltaram em 2016:

O Brasil vem passando por uma grande e grave crise econômica nos últimos anos, com grandes consequências que tem afetado a maior parte da população brasileira. Aumento de desemprego, inflação alta, custo de vida elevado, poder de compra reduzido.

Apesar do cenário econômico geral e de tantas incertezas, conquistamos bons resultados. É com satisfação que

reportamos o bom desempenho alcançado em 2016: rentabilidade de 15,39%, o melhor índice desde 2009 (18,6%). Superamos nossa meta atuarial de 10,84% e o resultado atingido em 2015 (rentabilidade de 10,45%).

No período de outubro a dezembro de 2016, nosso olhar estava ainda mais atento às melhores práticas de governança, com as eleições do Conselho da Prevcummins, sempre destacando a importância de contarmos com um grupo consistente e coeso na tomada de decisões de nossa Entidade.

Para 2017, reafirmamos nosso compromisso com você, Participante, sempre buscando melhorias e novos caminhos junto a um planejamento sólido da sua aposentadoria.

Sabemos que os desafios continuam, mas estamos preparados e dispostos ao trabalho sério e à inovação. Contamos com seu apoio no lançamento, muito em breve, dos Perfis de Investimento da Prevcummins.

Este relatório foi elaborado especialmente para você.

Boa leitura!

ADMINISTRAÇÃO DA PREVCUMMINS

FINAL DO MANDATO: 31/03/2017

CONSELHO DELIBERATIVO	TITULARES	SUPLENTES	Nomeados pelas Patrocinadoras
	Ronaldo de Andrade Florido Presidente	Adriana Martineli Barbosa	
	Fabiano de Luca	Marcelo Augusto Soares Pereira	Eleitos
	Maurício Rossi	Rafael Martinez Cecília	
CONSELHO FISCAL	TITULARES	SUPLENTES	Nomeados pelas Patrocinadoras
	Roseli Gomez Fernandes Corso Presidente	Fábio Akio Tomizuka	
	Claudia Cristina Amatruda	Kátia Regina da Silva	Eleitos
	Mirian Midori Kina	Edson Reis Pavani Junior	
DIRETORIA EXECUTIVA	DIRETORAS	RESPONSABILIDADES	
	Silvana Regina de Oliveira	Superintendente	
	Angélica Alves de Araújo	Administrativa e AETQ	
	Delany Kellen Santos Cutrim da Rocha	Comunicação	
	Laurinete Paganotti Resende	Benefícios	
COMITÊ DE INVESTIMENTOS	Angélica Alves de Araújo Presidente e AETQ	Ronaldo de Andrade Florido	
	Carlos Alexandre Santana dos Santos	Silvana Regina de Oliveira	
	Fabiano De Luca	Willy Der Zweite Schwarzwaldler	
	Marcelo Augusto Soares Pereira		

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

PERFIS DE INVESTIMENTO

Atuação do Participante é fundamental





Poupar para a aposentadoria é essencial para garantir seu padrão de vida no futuro. Mas este não é o único passo: seu dinheiro precisa render e, para isso, a estratégia de investimento precisa ser observada com a máxima atenção.

Na hora de investir, é preciso considerar alguns fatores, além do cenário econômico e das modalidades existentes no mercado. Estamos falando do perfil do investidor.

COMO SE DEFINE UM PERFIL?

Cada pessoa é diferente na maneira de agir, de pensar, em seus gostos pessoais e, também, na forma de investir! Alguns estão dispostos a correr mais riscos, em busca de maior rentabilidade, enquanto outros preferem “ir com calma”, optando por investimentos de menor risco, mesmo sabendo que seus ganhos serão menores.

Alguns fatores definem esse perfil, além da maior ou menor aversão ao risco. Pode-se dizer que o principal deles é o momento de vida de cada investidor: seus objetivos, o prazo disponível para o dinheiro ficar aplicado, o valor a ser poupado periodicamente etc.

Vamos a um exemplo? Considere um jovem de 27 anos, no início de sua carreira, com muita disposição de poupar e atento ao seu futuro, com longo prazo para chegar à aposentadoria. É natural que se sinta disposto a correr mais riscos em busca de maiores ganhos, pois há um tempo considerável para recuperar eventuais perdas, caso ocorram.

Já um profissional de 55 anos, que planeja se aposentar aos 60, certamente irá optar por investimentos de risco moderado a conservador, pois está determinado a continuar poupando ao longo desses cinco anos, sem a possibilidade de perdas.

VALE LEMBRAR:

Não há investimento **100% livre de risco**. Em menor ou maior grau é **parte do processo**.

E O QUE DETERMINA O PERFIL?

Os Perfis de Investimento possuem uma alocação diferente de ativos, que determina um nível maior ou menor de risco.

Geralmente, o percentual de alocação em Renda Variável (Mercado de Ações) é fator determinante: em um perfil mais conservador, é composto apenas por investimentos em Renda Fixa. Nos demais perfis, há participação em Renda Variável, em percentual que aumenta gradualmente, do mais moderado para o mais agressivo.

Além desses segmentos, também temos outras opções para compor o perfil, tais como, investimentos em estruturados e investimentos no exterior.

QUAL A VANTAGEM DO PERFIL?

O Perfil de Investimento possibilita ao investidor adequar a estratégia à sua necessidade atual. Justamente por isso, costuma-se rever este perfil anualmente. Esta escolha permite ao investidor participar mais das suas decisões financeiras, acompanhando os resultados de suas aplicações de perto.

Como se preparar para o momento de opção de Perfil de Investimento?

- Participar das palestras informativas/orientativas de Educação Financeira e Previdenciária;
- Ler o material disponível no site da Prevcummins;
- Ler o material do kit “Futuro Presente”;
- Esclarecer suas dúvidas antes de fazer a opção.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

ESTUDO DOS PERFIS

Ao longo de 2016, avançamos muito nesta análise e planejamos lançar os Perfis de Investimento que foi submetido e segue sob análise e aprovação da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência.

Além de acompanharmos as tendências de mercado, nosso maior objetivo é oferecer ao Participante maior poder de decisão na condução de seus investimentos, respeitando o seu momento de vida e sua percepção de risco. O envolvimento de cada Participante será fundamental neste processo.



ALTERAÇÃO NO PLANO: TABELA DE SENIORIDADE

O Conselho Deliberativo da Precvummins aprovou, em maio de 2016, a proposta de alteração do Regulamento do Plano de Benefícios Precvummins que foi submetido e segue sob análise para aprovação da PREVIC. Entre as mudanças, está a nova Tabela de Senioridade, que deve beneficiar os Participantes, pois vão precisar de um menor tempo para portar ou resgatar um maior percentual das Contribuições vertidas à sua Conta pela Patrocinadora. Veja a tabela abaixo:

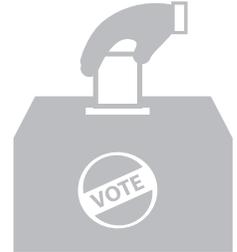
TEMPO DE SERVIÇO NA DATA DO TÉRMINO DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO	% A SER APLICADA NO SALDO DE CONTA DE PATROCINADORA
até 05 anos completos	0,0
entre 05 anos e 1 dia a 06 anos completos	50,0
entre 06 anos e 1 dia a 07 anos completos	60,0
entre 07 anos e 1 dia a 08 anos completos	70,0
entre 08 anos e 1 dia a 09 anos completos	80,0
entre 09 anos e 1 dia a 10 anos completos	90,0
acima de 10 anos	100,0

Estamos aguardando a aprovação da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência, órgão regulador e fiscalizador dos Fundos de Pensão.



Processo Eleitoral

2016



Realizado no período de outubro a dezembro de 2016, o processo eleitoral definiu os novos representantes dos Participantes Ativos e Assistidos, para os Conselhos Deliberativos e Fiscal.

CONFIRA OS RESULTADOS:

CONSELHO DELIBERATIVO



ELEITO: LUIZ TADASHI YAMASHITA

Departamento: Finanças

Tempo de Companhia: 24 anos

Cargo: Ex-Diretor Corporativo Regional de Tesouraria para a América Latina (Patrocinadora) e Presidente do Conselho Deliberativo da Prevcummins



SUPLENTE: MARCELO A. SOARES PEREIRA

Departamento: Finanças Power Systems Latin America ABO

Tempo de Companhia: 2 anos e 10 meses

Cargo: Gerente Executivo de Finanças

CONSELHO FISCAL



ELEITO: JONAS MIGUEL

Departamento: Compras

Tempo de Companhia: 25 anos

Cargo: Gerente da Qualidade de Fornecedores



SUPLENTE: MARCO A. S. PINHEIRO

Departamento: CTT Finanças

Tempo de Companhia: 13 anos

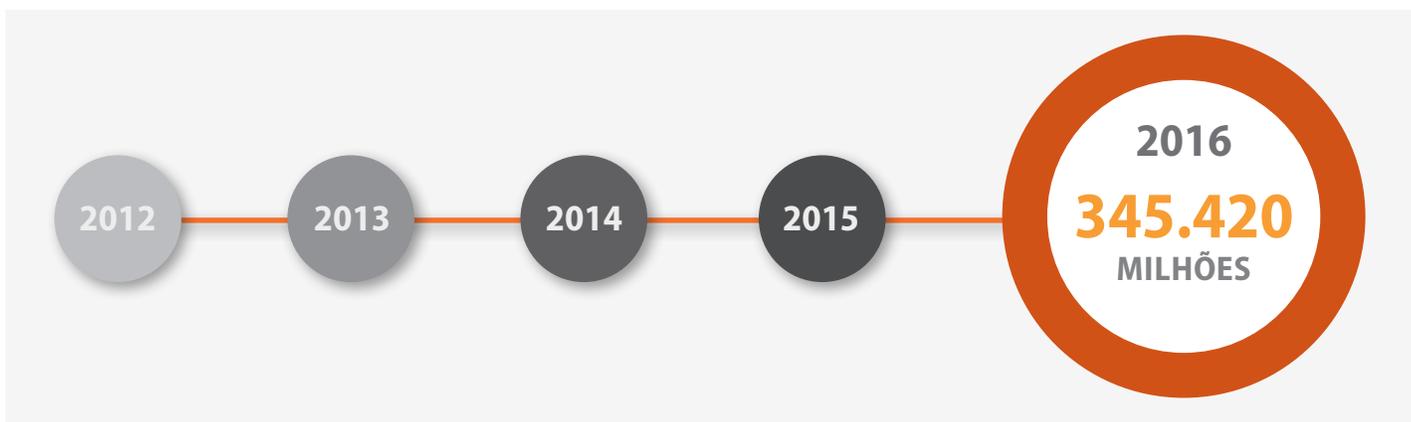
Cargo: Supervisor de Finanças

Parabenizamos os Participantes, que se candidataram espontaneamente, pela iniciativa de auxiliar na administração da Entidade.

PREVCUMMINS EM NÚMEROS

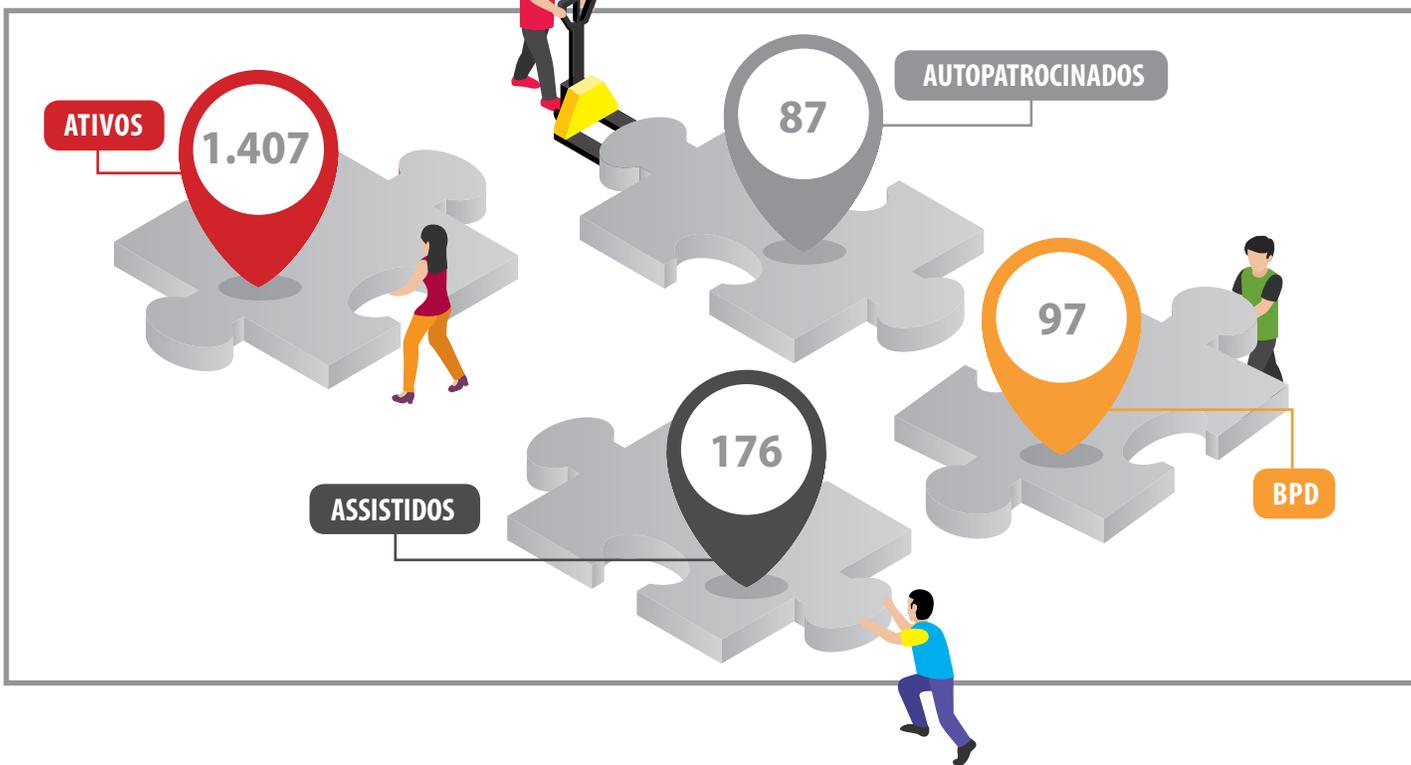
PATRIMÔNIO SOCIAL

Em R\$



PARTICIPANTES

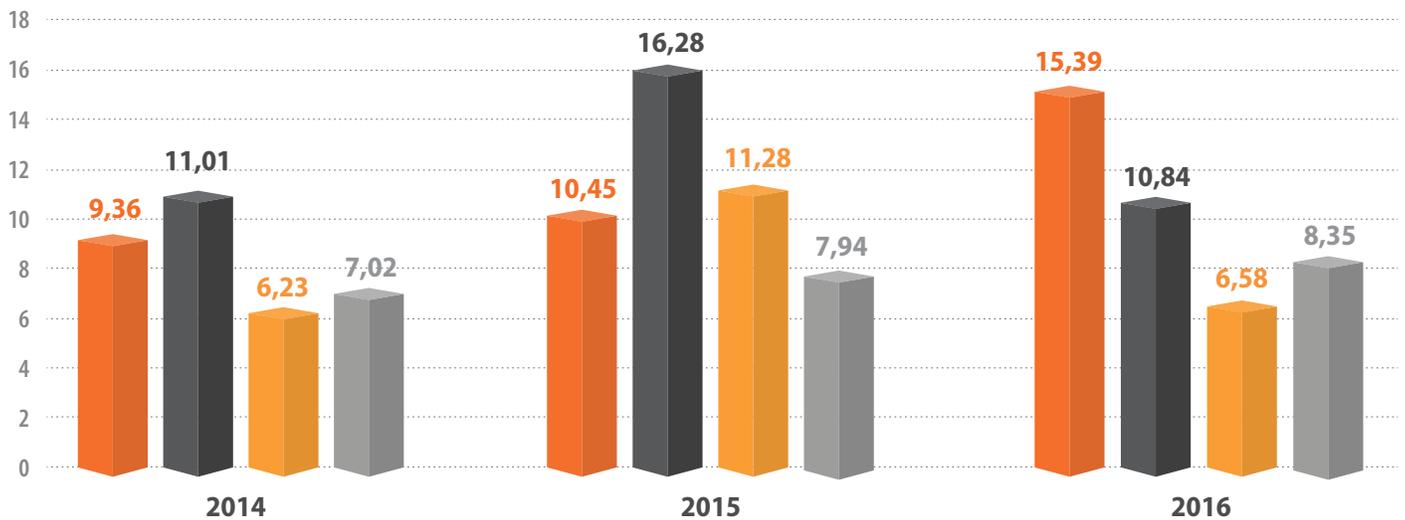
Posição em Dezembro/2016



RENTABILIDADE

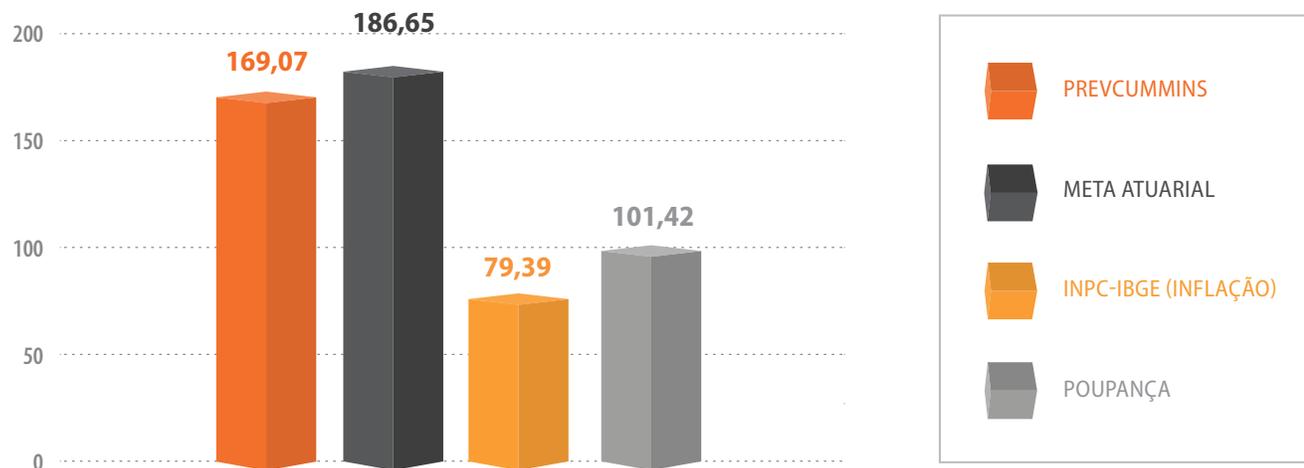
Os Participantes Assistidos do Plano de Contribuição Definida da Prevcummins tiveram seus Benefícios reajustados em 15,39% acumulados de janeiro a dezembro de 2016.

ACUMULADO ANO A ANO (%)



ACUMULADO NO LONGO PRAZO (%)

Período: 2006-2015



RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS

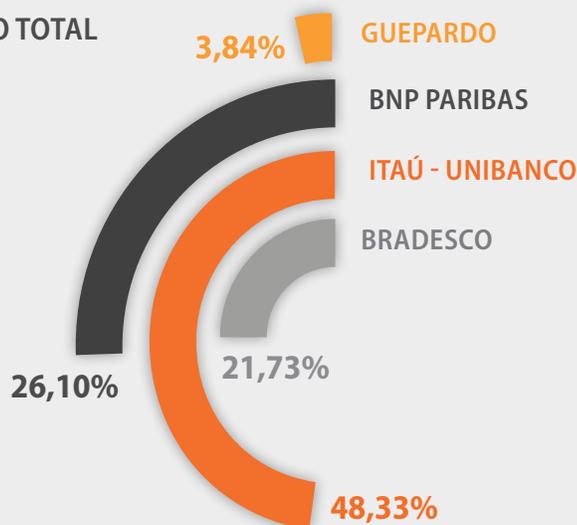
POSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Distribuição da carteira de investimentos por gestores e segmentos de aplicação (31/12/2016 – Em R\$ mil)

GESTORES		INVESTIMENTOS		
		RENDA FIXA	RENDA VARIÁVEL	TOTAL
BRADESCO	R\$ mil	74.905	-	74.905
	%	100,00	-	100,00
ITAÚ UNIBANCO	R\$ mil	166.592	-	166.592
	%	100,00	-	100,00
BNP PARIBAS	R\$ mil	89.975	-	89.975
	%	100,00	-	100,00
GUEPARDO	R\$ mil	-	13.235	13.235
	%	-	100,00	100,00

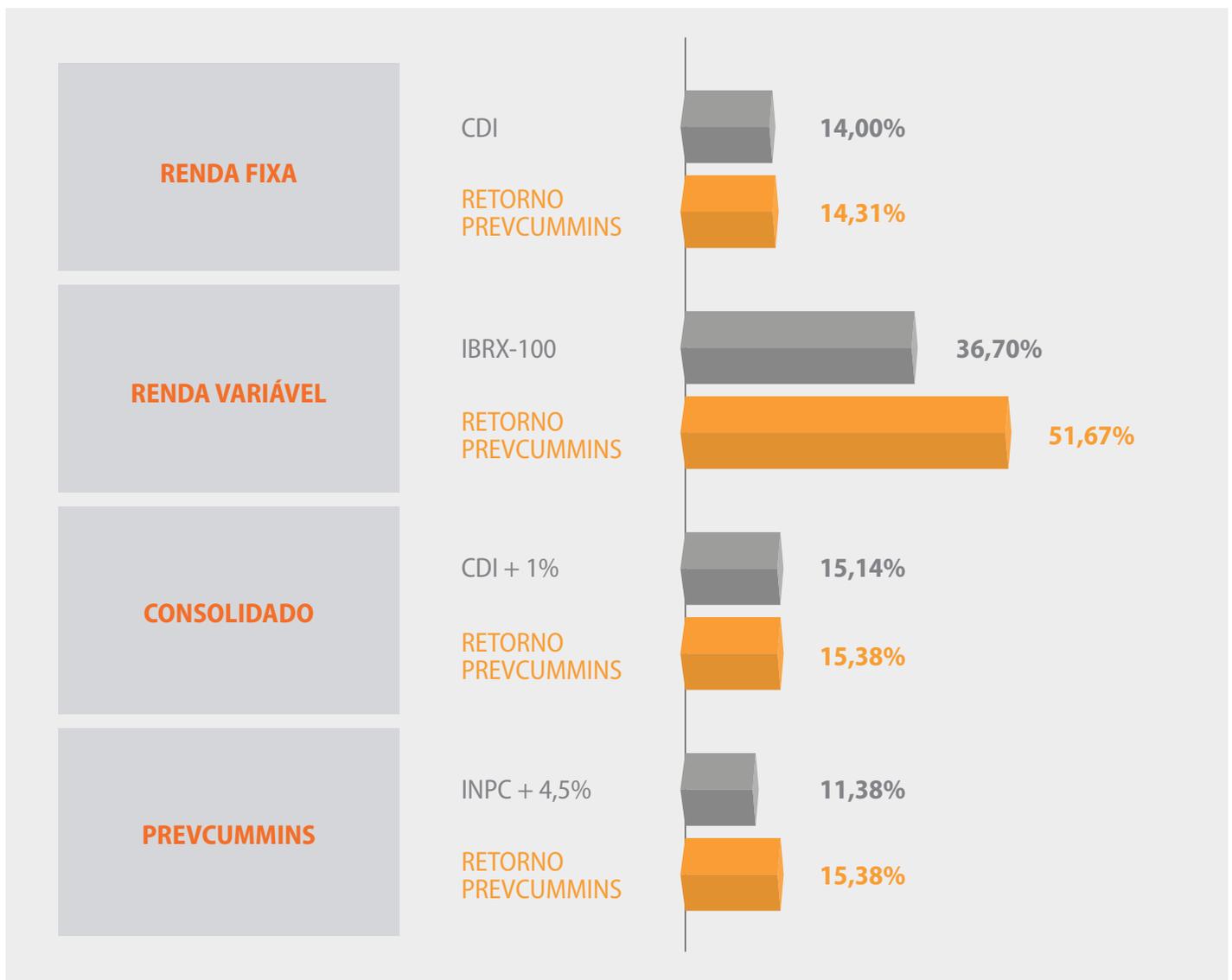
CARTEIRA TOTAL			LIMITES DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
INVESTIMENTOS	R\$ MIL	%	
RENDA FIXA	331.472	96,16	Até 100%
RENDA VARIÁVEL	13.235	3,84	Até 30%
TOTAL	344.707	100,00	Legislação Atual CMN 3792/09

PARTICIPAÇÃO NO PATRIMÔNIO TOTAL



RENTABILIDADE DOS SEGMENTOS

Compare o retorno dos investimentos da PrevCummins com as respectivas unidades de referência (*benchmark*) para cada segmento de aplicação.



NÍVEL DE ADESÃO E CONTRIBUIÇÃO AO PLANO 2016

IDADE		POR FAIXA ETÁRIA					TOTAL	%
Elegíveis a contribuir	< 30	148	118	28	-	-	294	84
Contribuintes		117	109	22	-	-	248	
% médio de Contribuição		4,39%	4,55%	4,41%	-	-	4,46%	
Elegíveis a contribuir	30 a 40	211	231	211	12	-	665	91
Contribuintes		183	212	199	9	-	603	
% médio de Contribuição		4,37%	4,45%	4,51%	4,78%	-	4,45%	
Elegíveis a contribuir	40 a 50	113	139	87	17	7	363	86
Contribuintes		87	123	79	17	7	313	
% médio de Contribuição		4,44%	4,61%	4,62%	4,88%	5,00%	4,59%	
Elegíveis a contribuir	> 50	37	53	25	14	4	133	84
Contribuintes		28	42	25	13	4	112	
% médio de Contribuição		4,75%	4,90%	4,68%	4,69%	5,00%	4,79%	

88% é o índice de adesão ao Plano para os Participantes elegíveis.

Fonte: Willis Towers Watson

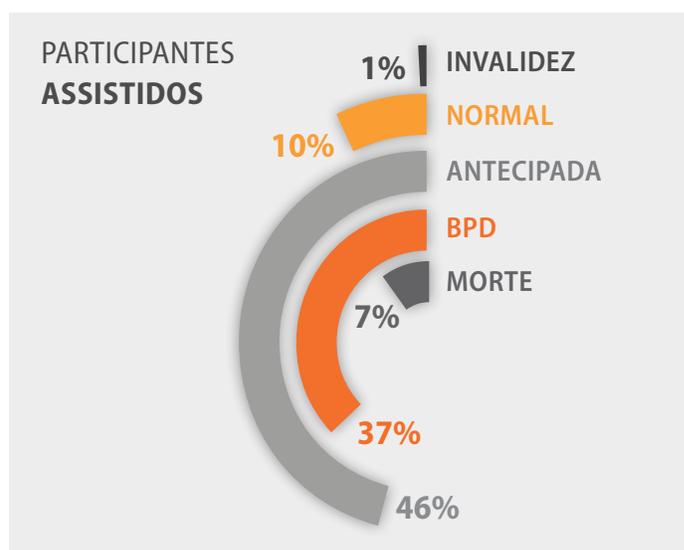


PARTICIPANTES

POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2016	PATROCINADORAS				TOTAL	%
PERFIL DOS PARTICIPANTES ATIVOS	CUMMINS	FILTROS	DISTRIBUIDORA	PREVCUMMINS		
Empregados contribuintes	1.010	93	163	3	1.269	85
Empregados não contribuintes	113	9	16	0	138	9
Autopatrocinados – Ex-empregados contribuintes	75	6	6	0	87	6
TOTAL	1.198	108	185	3	1.494	100

POSIÇÃO EM DEZEMBRO DE 2016	BENEFÍCIO DEFINIDO*	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA			TOTAL	%
PERFIL DOS PARTICIPANTES ASSISTIDOS	CUMMINS	CUMMINS	FILTROS	DISTRIBUIDORES		
Aposentadoria Normal	0	27	0	0	27	10
Aposentadoria Antecipada	5	118	0	3	126	46
Benefício por Invalidez	1	3	0	0	4	1
Pensão por Morte	4	15	0	0	19	7
BPD – Benefício Proporcional Diferido	0	77	7	13	97	37
TOTAL	10	240	7	16	273	100

* Benefício Definido – este plano de benefícios está fechado. Refere-se ao saldo remanescente de aposentados e pensionistas que recebem benefício na forma de renda vitalícia.

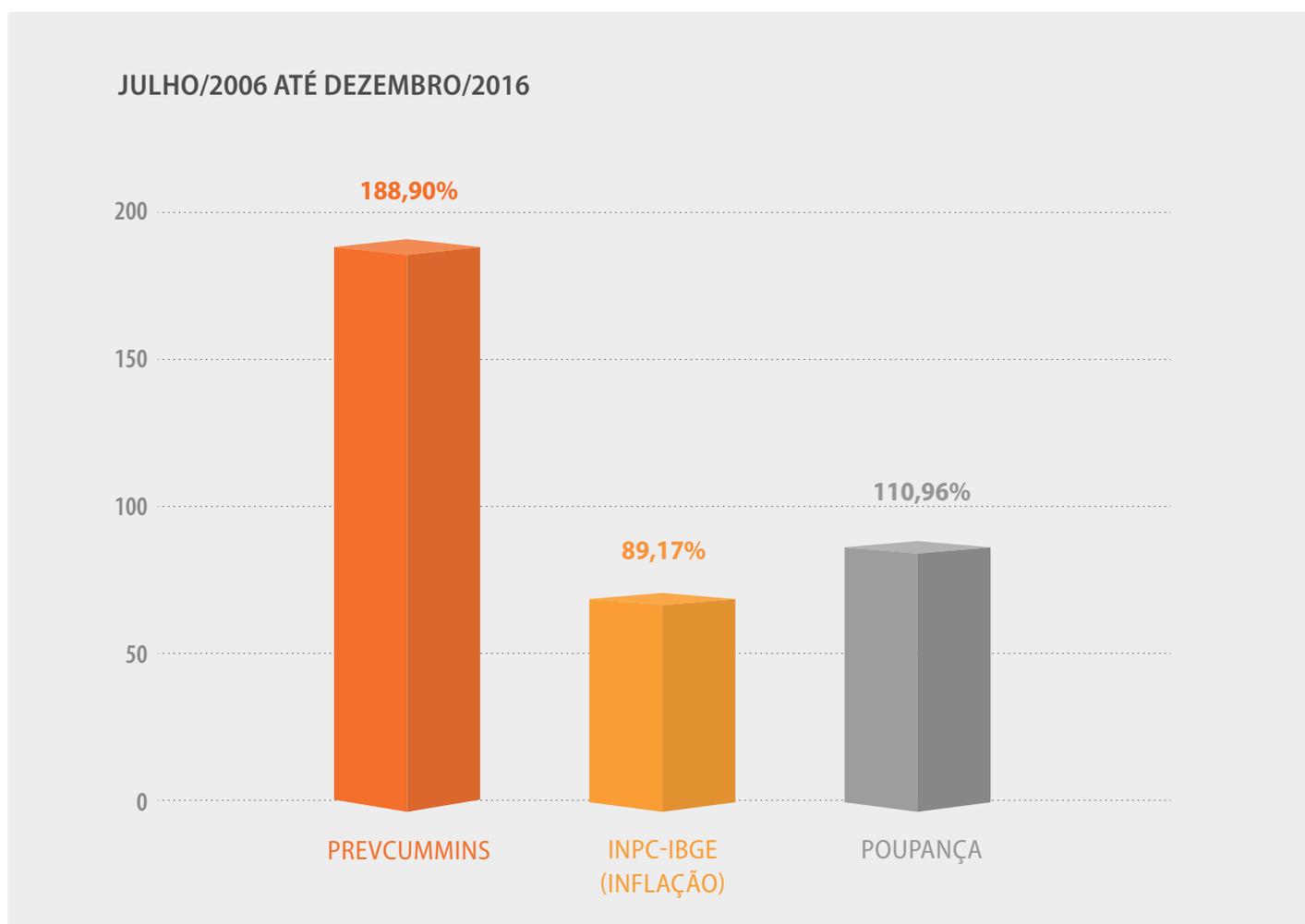


RESULTADOS ACUMULADOS

O gráfico abaixo demonstra os resultados acumulados desde o período em que foi oferecido aos Assistidos a opção de mudança de modalidade de recebimento do Benefício, de Renda Vitalícia e Renda Certa por 180 meses, para a modalidade de percentual de saldo de 0,1% a 1,6% ou renda certa, de 60 a 180 meses.

O ganho de 52,72% acima da inflação e de 36,95% acima da Poupança confere a assertividade dos Assitidos que fizeram a alteração para o Plano de Contribuição Definida (CD).

Neste mesmo período, os Assistidos que permaneceram no Plano de Benefício Definido (BD), de renda vitalícia, tiveram um reajuste em seu Benefício de 89,17% neste período.



PGA – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS REALIZADAS EM 2016 NA ADMINISTRAÇÃO DA ENTIDADE

	2016	(%) SOBRE O PATRIMÔNIO
DESPESAS TOTAIS	3.174.495,00	0,91
Gestão Previdencial	2.946.737,37	0,85
Pessoal e encargos	898.084,65	0,26
Treinamentos/Congresso/Seminários/Certificações	34.241,77	0,01
Consultoria Atuarial e Jurídica	54.234,42	0,02
Recursos Humanos e Informática	179.903,88	0,05
Gestão / Planejamento Estratégico	589.367,18	0,17
Auditoria Contábil e outras	8.467,34	0,00
Despesas com correio	5.461,80	0,00
Contribuição a Associação de Classe	18.466,48	0,01
Materiais, Serviços e outras despesas	3.507,48	0,00
Propaganda / Publicidade / Comunicação em Geral	99.166,28	0,03
Reunião dos Assistidos	16.387,28	0,00
Despesas legais/judiciais	920.828,55	0,27
TAFIC /PIS_ COFINS e outros Tributos	112.290,66	0,03
Tarifas Bancárias	1.324,02	0,00
Outras Despesas Previdenciais	5.005,58	0,00
Investimentos	227.757,63	0,07
MÉDIAS PER CAPITA	1.796,54	

ADMINISTRAÇÃO EXTERNA

Para execução de serviços imprescindíveis para o funcionamento de uma Entidade Fechada de Previdência Privada, em 31/12/2016 temos contratos firmados com as seguintes empresas:

EMPRESAS	SERVIÇOS
Banco Bradesco S.A.	Administração da Carteira de Investimentos
BNP Paribas Brasil S.A.	
Banco Itaú S.A. Itaúbanco	
Guepardo Investimentos	
Cavezzale Advogados Associados	Serviços tributários de ação ordinária de repetição de indébito
Santos & Bevilaqua – Sociedade de Advogados	Serviços Jurídicos Tributários e Consultoria
KPMG Auditores Independentes	Auditoria Externa
Cummins Brasil Ltda – Patrocinadora	Compartilhamento de atividades e despesas
Mercer Human Resource Consulting Ltda.	Simulador de benefícios
IRON Mountain do Brasil Ltda.	Guarda de documentação
Arte da Criação Ltda. ME	Assessoria em Comunicação
Willis Towers Watson Consultoria Ltda.	Serviços Técnico-Atuariais
Luz Engenharia Financeira Ltda.	Serviços Técnico-Financeiros de Gestão de Riscos, Mapeamento e Controle de Riscos e Consultoria
JCMB Junqueira de Carvalho, Murgel e Brito Consultores Associados	Cessão de direito de uso de programa de administração de Previdência Privada
	Sistema de Gestão de Controle dos Riscos Resolução 13 da CNPC
	Serviços Jurídicos Tributários e Consultoria

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2017

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA		
	2016	2017
Meta Atuarial do Plano	INPC + 4,5% a.a	INPC + 4,5% a.a
Objetivo de Retorno Renda Fixa – Fundos Multimercados	Maior entre CDI + 1,0% a.a ou INPC + 4,5% a.a	Maior entre CDI + 1,0% a.a ou INPC + 4,5% a.a
Objetivo de Retorno Renda Variável – Ações IBrX Ativo	IBrX 100 + 2%	IBrX 100 + 2%
Objetivo de Retorno Renda Variável – Investimentos Estruturados	150% do CDI	150% do CDI
Objetivo de Retorno Renda Variável – Investimentos no Exterior	100% do Índice S&P 500	100% do Índice S&P 500
Benchmark – Renda Fixa – Fundos Multimercados	CDI	CDI
Benchmark – Renda Variável – Ações	IBrX 100	IBrX 100
Benchmark – Renda Variável – Investimentos Estruturados	Meta Atuarial do Plano	Meta Atuarial do Plano
Benchmark – Renda Variável – Investimentos no Exterior	Meta Atuarial do Plano	Meta Atuarial do Plano
Limite de Alocação em Renda Fixa – Fundos Multimercados	100%	100%
Limite de Alocação em Renda Variável – Ações	20%	20%
Limite de Alocação em Renda Variável – Investimentos Estruturados	3%	20%
Limite de Alocação em Renda Variável – Investimentos no Exterior	2%	2%
Limite de VaR Diário	1,00% a.d. consolidado	1,20% a.d. consolidado
Limite de Operações com Participantes	NÃO É PERMITIDO	NÃO É PERMITIDO
Limite Fiex	NÃO É PERMITIDO	2%
Limite Imóveis	NÃO É PERMITIDO	NÃO É PERMITIDO
Controle de Preservação de Capital	NÃO SE APLICA	NÃO SE APLICA

Observação:

A partir das projeções do cenário macroeconômico e da análise dos indicadores de risco e retorno, foi visto que alcançar a meta CDI + 1,0% a.a. será muito desafiador em 2017. Dessa forma, foi aumentado o limite para alocação em fundos dos segmentos Estruturados. Os retornos dos Investimentos Estruturados foram calculados com prêmio de 20% acima do CDI.



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS



BALANÇO PATRIMONIAL – ATIVO

(31/12/2016 e 31/12/2015 – Em R\$ mil)

ATIVO	2016	2015
DISPONÍVEL	2	3
REALIZÁVEL	346.976	319.668
Gestão Previdencial	1.193	1.118
Gestão Administrativa	1.076	975
Investimentos	344.707	317.575
Fundos de Investimentos	344.707	310.653
Outros realizáveis	-	6.922
TOTAL DO ATIVO	346.978	319.671

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL – PASSIVO

(31/12/2016 e 31/12/2015 – Em R\$ mil)

PASSIVO	2016	2015
EXIGÍVEL OPERACIONAL	591	490
Gestão Previdencial	295	231
Gestão Administrativa	294	259
Investimentos	2	-
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	967	7.807
Gestão Administrativa	967	885
Investimentos	-	6.922
PATRIMÔNIO SOCIAL	345.420	311.374
Patrimônio de Cobertura do Plano	342.841	306.356
Provisões Matemáticas	341.955	305.823
Benefícios Concedidos	111.135	91.688
Benefícios a Conceder	230.820	214.135
Equilíbrio Técnico	886	533
Resultados Realizados	886	533
Superávit Técnico Acumulado	886	533
Fundos	2.579	5.018
Fundos Previdenciais	281	1.304
Fundos Administrativos	2.298	3.714
TOTAL DO PASSIVO	346.978	319.671

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

(31/12/2016 e 31/12/2015 – Em R\$ mil)

	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
1. Ativos	345.717	318.527	8,54
Disponível	2	3	-66,67
Recebível	3.490	4.832	-27,77
Investimento	342.225	313.692	9,10
Fundos de Investimento	342.225	306.770	11,56
Outros realizáveis	-	6.922	-100,00
2. Obrigações	297	7.153	-95,85
Operacional	297	231	28,57
Contingencial	-	6.922	-100,00
3. Fundos não Previdenciais	2.298	3.714	-38,13
Fundos Administrativos	2.298	3.714	-38,13
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	343.122	307.660	11,53
Provisões Matemáticas	341.955	305.823	11,81
Superávit Técnico	886	533	66,23
Fundos Previdenciais	281	1.304	-78,48
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	886	533	66,23
a) Equilíbrio Técnico	886	533	66,23
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	886	533	66,23

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

(31/12/2016 e 31/12/2015 – Em R\$ mil)

	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Ativo Líquido – início do exercício	307.660	282.169	9,03
1. Adições	61.852	46.323	33,52
(+) Contribuições	15.851	17.184	-7,78
(+) Resultado positivo líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial	46.001	29.139	57,87
2. Destinações	(26.390)	(20.832)	26,68
(-) Benefícios	(25.298)	(19.529)	29,54
(-) Custeio Administrativo	(1.092)	(1.303)	-16,19
3. Acréscimo/Decréscimo no ativo líquido (1+2)	35.462	25.491	39,12
(+) Provisões Matemáticas	36.132	25.459	41,92
(+/-) Fundos Previdenciais	(1.023)	214	-578,04
(+/-) Superávit/(Déficit) Técnico do Exercício	353	(182)	293,96
B) Ativo Líquido – final do exercício (A+3)	343.121	307.660	11,53
C) Fundos não Previdenciais	2.298	3.714	-38,13
(+) Fundos Administrativos	2.298	3.714	-38,13

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(31/12/2016 e 31/12/2015 – Em R\$ mil)

	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Patrimônio Social – início do exercício	311.374	285.858	8,93
1. Adições	62.521	46.954	33,15
(+ Contribuições Previdenciais)	14.758	15.881	-7,07
(+ Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Previdencial)	46.001	29.139	57,87
(+ Receitas Administrativas)	1.319	1.557	-15,29
(+ Resultado Positivo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa)	443	377	17,51
2. Destinações	(28.476)	(21.438)	32,83
(- Benefícios)	(25.298)	(19.529)	29,54
(- Despesas Administrativas)	(3.174)	(1.908)	66,35
(- Resultado Negativo Líquido dos Investimentos – Gestão Administrativa)	(4)	-	-
(- Constituição Líquida de Contingências – Gestão Administrativa)	-	(1)	-100,00
3. Acréscimo no Patrimônio Social (1+2)	34.046	25.516	33,43
(+ Provisões Matemáticas)	36.132	25.459	41,92
(+ Superavit/Déficit Técnico)	353	(182)	293,96
(- Fundos Previdenciais)	(1.023)	214	-578,04
(+ Fundos Administrativos)	(1.416)	25	-5.764,00
B) Patrimônio Social – final do exercício (A+3)	345.420	311.374	10,93

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

(31/12/2016 e 31/12/2015 – Em R\$ mil)

	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	3.714	3.689	0,68
1. Custeio da Gestão Administrativa	1.762	1.934	-8,89
1.1. Receitas	1.762	1.934	-8,89
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.092	1.303	-16,19
Custeio Administrativo dos Investimentos	227	254	-10,63
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	443	377	17,51
2. Despesas Administrativas	(3.174)	(1.908)	66,35
2.1. Administração Previdencial	(2.947)	(1.654)	78,17
Pessoal e encargos	(898)	(722)	24,38
Treinamentos/congressos e seminários	(24)	(41)	-41,46
Viagens e estadias	(11)	-	-
Serviços de terceiros	(832)	(740)	12,43
Despesas gerais	(1.111)	(56)	1.883,93
Tributos	(71)	(95)	-25,26
2.2. Administração dos investimentos	(227)	(254)	-10,63
Serviços de terceiros	(217)	(235)	-7,66
Tributos	(10)	(19)	-47,37
3. Constituição/Reversões de contingências administrativas	-	(1)	-100,00
4. Reversão de Recursos para o Plano de Benefícios	-	-	-
5. Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	(4)	-	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3-4-5)	(1.416)	25	-5.764,00
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)	(1.416)	25	-5.764,00
8. Operações Transitórias	-	-	-
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	2.298	3.714	-38,13

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS

(31/12/2016 e 31/12/2015 – Em R\$ mil)

	2016	2015	VARIAÇÃO (%)
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	343.419	314.813	9,09
1. Provisões Matemáticas	341.955	305.823	11,81
1.1 Benefícios Concedidos	111.135	91.688	21,21
Contribuição Definida	108.305	88.492	22,39
Benefício Definido	2.830	3.196	-11,45
1.2 Benefícios a Conceder	230.820	214.135	7,79
Contribuição Definida	230.820	214.135	7,79
Saldo de Contas – parcela Patrocinadores	107.433	104.536	2,77
Saldo de Contas – parcela Participantes	123.387	109.599	12,58
2. Equilíbrio Técnico	886	533	66,23
2.1 Resultados Realizados	886	533	66,23
Superávit Técnico Acumulado	886	533	66,23
Reserva de contingência	498	533	-6,57
Reserva Especial para Revisão do Plano	388	-	-
3. Fundos	281	1.304	-78,45
3.1 Fundo Previdencial	281	1.304	-78,45
4. Exigível Operacional	297	231	28,14
4.1 Gestão Previdencial	295	231	27,27
4.2 Investimento – Gestão Previdencial	2	-	-
5. Exigível Contingencial	-	6.922	-100,00
5.2 Investimento – Gestão Previdencial	-	6.922	-100,00

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (31/12/2016 e 31/12/2015 – Em R\$ mil)

1- CONTEXTO OPERACIONAL

a. Constituição

A Precvummins Sociedade de Previdência Privada (Precvummins) é uma Entidade Fechada de Previdência Privada, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado distinta de suas Patrocinadoras, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, nos termos do artigo 5º, Item II, da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, revogada pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

O funcionamento da Precvummins foi autorizado pela Portaria nº 3.905 do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) em 19 de dezembro de 1986, por prazo indeterminado.

b. Objetivo

A Precvummins tem como objetivo a instituição e execução de Planos de Benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral da previdência social, voltado aos empregados, vinculados às Patrocinadoras mediante contribuição de seus Participantes, das respectivas Patrocinadoras, ou de ambos, na forma que dispuser os respectivos Planos de Benefícios.

c. Patrocinadoras

O Plano de Benefícios Precvummins é patrocinado pelas seguintes empresas:

- Cummins Brasil Ltda – principal – adesão em 1986;
- Precvummins Sociedade de Previdência Privada – adesão em 1989;

- Cummins Filtros Ltda – adesão em 2000;
- Cummins Vendas e Serviços de Motores e Geradores Ltda – adesão em 2001.

d. Característica do Plano

O Plano de Benefícios administrado pela Precvummins está adequado aos Institutos de Portabilidade, Benefício Proporcional Diferido, resgate e autopatrocínio, conforme disposto na Resolução do Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC nº 6, de 30 de outubro de 2003.

A portaria nº 2.303, de 17 de junho de 2008 – DOU de 18 de junho de 2008 autoriza a aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios Precvummins, CNPB nº 19.990.008-38, estruturado sob a modalidade de Contribuição Definida.

e. Benefícios

A modalidade do Plano de Benefícios da Precvummins é de contribuição definida. Os benefícios concedidos são: (a) Aposentadoria Normal; (b) Aposentadoria Antecipada; (c) Benefício por Incapacidade e (d) Benefício por Morte. Conforme Capítulo IX, item 9.8 do Regulamento do Plano de Benefícios Precvummins, o valor do benefício poderá ser de renda mensal na modalidade renda certa ou percentual de saldo, tendo por opção um saque à vista até 25% do saldo total de conta, em até três parcelas, bem como, dependendo do montante, ser efetuado pagamento único. (e) Autopatrocínio; (f) Benefício Proporcional Diferido; (g) Portabilidade e (h) Resgate de Contribuições.

Em 31 de dezembro de 2016 a Precvummins ainda possui um saldo remanescente oriundo do plano fechado em fevereiro de 1998, na modalidade de Benefício Definido, cuja massa é composta por 10 (11- 2015) Beneficiários.

f. Custeio do Plano

Os recursos necessários ao atendimento dos objetivos da Prevummins são originados por Contribuições de suas Patrocinadoras, Participantes Autopatrocinados, Participantes em Benefício Proporcional Diferido e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos.

g. Participantes

Em 31 de dezembro de 2016 a Prevummins conta com 1.572 Participantes Ativos (1.599 em 2015), 169 Participantes Assisidos (164 em 2015), 111 Participantes em Benefício Proporcional Diferido – BPD (79 em 2015) e 87 Participantes Autopatrocinados (88 em 2015).

2- APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2016 da Prevummins estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009; Resolução CFC nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010 e alterações posteriores a essas normas.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de Ativos e Passivos de curto prazo e de longo prazo. A estrutura da planificação contábil padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de Ativos e Passivos, observadas as gestões previdencial, administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionando informações mais adequadas, as Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

A Administração autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 09/03/2017 as quais foram elaborados e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as Entidades Fechadas

de Previdência Complementar (CNPC), aprovadas pelo Conselho Federal de contabilidade – CFC em conformidade com as seguintes normas específicas: Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011; Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em duas gestões distintas (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. Outras características apresentadas nas Demonstrações Contábeis da Prevummins: Balancete do Plano de Benefícios Previdencial, Balancete do Plano de Gestão Administrativa, Balancete Auxiliar utilizado para efetuar a consolidação das Demonstrações Contábeis e Balancete Consolidado.

3- PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis aplicáveis na elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis da Prevummins são aquelas consubstanciadas em regulamentações do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, que substituiu o Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC), e PREVIC, que não requerem a adoção plena dos Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das EFPC e estão resumidas a seguir:

a. Apuração dos Resultados

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência. Adicionalmente, as Contribuições de Autopatrocinados, vinculados ao Plano de Benefícios, são registradas pelo regime de caixa.

b. Realizável

O realizável previdencial e administrativo são apresentados pelos valores de realização e incluem, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos proporcionais auferidos.

c. Investimentos

Os principais critérios de avaliação e de reconhecimento de receitas são:

- **Títulos de Renda Fixa:** Representa, substancialmente as aplicações em cotas de fundo de investimentos de Renda Fixa que são registradas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “pro rata” até a data de encerramento do Balanço.
- **Títulos de Renda Variável:** Representa, substancialmente as aplicações em cotas de fundo de investimentos de Renda Variável que estão registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos de forma “pro rata” até a data de encerramento do Balanço.

As Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas da carteira são apropriadas em contas específicas diretamente vinculadas à modalidade de aplicação. Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- I. Títulos públicos, com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA;
- II. Ações de companhias abertas, pela cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores; e
- III. Fundos de investimentos, pelo valor da cota na data do balanço, informada pelo Administrador do fundo.

A Entidade classifica sua carteira de títulos e valores mobiliários nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** – registra os títulos com propósito de serem frequentemente negociados, independentemente do prazo a decorrer. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados periodicamente pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.
- **Títulos mantidos até o vencimento** – registra os títulos com vencimentos superiores a doze meses da data

de aquisição e para os quais a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos são classificados como de baixo risco por agência de risco do País, os quais são avaliados pela taxa intrínseca nominal dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Na composição dos investimentos da carteira da Prevcumins não há ativos sem cotação no mercado que constem em laudo de avaliação econômica. Dessa forma, não há necessidade de adoção de premissas para sua avaliação, nem a escolha de preço do ativo nos casos em que mais de uma opção é apresentada.

d. Exigível operacional

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados substancialmente pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos Participantes, prestações de serviços de terceiros por terceiros, investimentos e obrigações fiscais.

e. Exigível Contingencial

São registradas as ações que serão objeto de decisão futura, podendo ocasionar impacto na situação econômico-financeira, cuja as probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados (deduzidas dos correspondentes depósitos judiciais).

Estas provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base o Pronunciamento CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e considerando a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos.

Essas ações estão classificadas entre gestão previdencial, administrativa e de investimentos, de acordo com a sua natureza.

Para fins de classificação são usados os termos provável, possível e remota com os seguintes conceitos:

Perda provável: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é maior do que a de não ocorrer. Nessa classificação

a Entidade constitui provisão para perdas e faz sua devida divulgação nas notas explicativas.

Perda possível: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é menor que provável, mas maior que remota. A provisão para perdas não é reconhecida, entretanto, é divulgada nas notas explicativas.

Perda remota: a chance de um ou mais eventos futuros ocorrer é pequena. Não se faz necessário o registro de ou divulgação nas notas explicativas.

f. Patrimônio Social

f.1. Provisões matemáticas

As provisões matemáticas do Plano de Benefícios são determinadas em bases atuariais e elaboradas sob a responsabilidade de atuários externos, contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos Participantes ou seus Beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios.

A provisão matemática de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os Participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.

As provisões relativas a benefícios a conceder representam o valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em usufruto de benefício de prestação continuada.

f.2. Equilíbrio Técnico

Todo excedente ou insuficiência patrimonial é registrado na conta de Equilíbrio Técnico respeitando às disposições do plano de contas e em conformidade com a Resolução da CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, alterada pela resolução CNPC nº 22/2015.

f.3. Fundos das Gestões Previdencial e Administrativa

O Fundo Previdencial é constituído pelo valor de contribuição do saldo da conta da Patrocinadora que não foi

utilizado no cálculo dos benefícios ou Institutos e poderá ser utilizado pela Entidade.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras das receitas aportadas pelas Patrocinadoras, exclusivamente para a cobertura das despesas com a administração dos planos previdencial, atualizado mensalmente pela rentabilidade dos Planos.

g. Custeio Administrativo

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Plano de Benefícios previdencial, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, Participantes e Assistidos.

As receitas administrativas da PrevCummins são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

As fontes de custeio da Gestão Administrativa obedecem às determinações contidas no Regulamento do PGA, aprovado pelo Conselho Deliberativo da PrevCummins e está em conformidade com a Resolução CGPC nº 29, datada de 31 de agosto de 2009.

h. Imposto de Renda na fonte

A Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, criou um novo regime de tributação, facultando aos Participantes de planos de Entidades Fechadas de Previdência Complementar estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda sejam tributados no Imposto de Renda na fonte:

1. Por uma tabela regressiva, que varia entre 35% e 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do Participante no plano de benefícios, ou

II. Por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do Imposto de Renda na fonte para as pessoas físicas.

A Lei nº 11.053/04 revogou a MP nº 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensando a partir de 1º de janeiro de 2005 a retenção na fonte e o pagamento em separado do Imposto de Renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

i. Estimativas contábeis

A elaboração de Demonstrações Contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo CNPC, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e Passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: os ajustes pelos valores de mercado dos ativos classificados em títulos para negociação, provisões para contingências e as provisões matemáticas, dentre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

4. DISPONÍVEL

Apresentado pelo saldo bancário disponível em conta corrente no último dia útil do exercício social nas seguintes instituições financeiras:

IMEDIATO	2016	2015
Banco Santander S.A.	2	3
TOTAL DO DISPONÍVEL	2	3

5. REALIZÁVEL

5.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Referem-se a valores de Contribuições Previdenciais normais mensais devidas pelos Patrocinadores e Participantes.

	2016	2015
Recursos a Receber		
Contribuição do mês – Patrocinadoras	417	393
Contribuição do mês – Participantes	776	725
TOTAL DA GESTÃO PREVIDENCIAL	1.193	1.118

5.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2016	2015
Contas a Receber		
Contribuição para custeio – Patrocinadoras	95	90
Depósitos Judiciais / Recursais		
Pis/Cofins (*)	967	885
Tributos a Compensar (**)	14	-
TOTAL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	1.076	975

(*) Esse valor refere-se ao depósito judicial referente ação judicial conforme Nota Explicativa 7.

(**) Pagamento de PIS/COFINS feito a maior e compensado em jan-2017.



5.3. INVESTIMENTOS

Os Investimentos são administrados com base nas diretrizes determinadas pela Política de Investimentos devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade no exercício anterior. A gestão dos investimentos da PrevCummins é 100% (cem por cento) terceirizada, sendo os gestores Banco Bradesco S/A, Banco Itaú S/A, BNP Paribas e Guepardo Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a composição dos investimentos está representada por fundos de investimentos em Renda Fixa, ações e por títulos públicos, cujas modalidades e instituições podem ser assim demonstradas:

a. Composição da carteira

A carteira está representada por fundos de investimentos em Renda Fixa, ações e por títulos públicos, cujas modalidades e instituições podem ser assim demonstradas:

	2016	2015
Fundos de Investimentos		
Cotas de Fundo de Investimento – Não Exclusivo	13.236	8.726
Guepardo Institucional 60 FIC de Fundo de Investimento em Ações	13.236	8.726
Cotas de Fundo de Investimento – Exclusivos	331.471	301.927
Fundo de Investimento Columbus Multimercado (i)	166.592	148.368
PrevCummins II Fundo de Investimento Multimercado (ii)	89.975	81.099
Bradesco Fundo de Investimento Multimercado PrevCummins (iii)	74.904	72.460
Outros Realizáveis		
Ações Judiciais – Restituição (*)	-	6.922
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	344.707	317.575

(*) Em abril de 2016 a Entidade optou por reverter essa provisão que mantinha entre as contas patrimoniais, referente a ação de repetição de indébito movida contra a União Federal, para restituição de Imposto de Renda pago indevidamente. A reversão foi efetuada considerando a avaliação dos assessores jurídicos da Entidade.

Considerando as disposições da Resolução CGPC nº 4/2002, a Entidade classificou a sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria “Títulos para Negociação”, com o propósito



de serem negociados, independentemente do prazo com relação da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

Desta forma, as aplicações em fundos de Renda Fixa e de Renda Variável não possuem prazo de vencimento, podendo ser resgatados a qualquer tempo, observadas as Políticas de Investimentos e rentabilidade.

Em 31 de dezembro de 2016, os títulos que compõem a carteira dos fundos de investimentos exclusivos estão demonstrados a seguir:

i. Fundo de Investimento Columbus Multimercado

	CATEGORIA		VENCIMENTO			VALOR CONTÁBIL	
	PARA NEGOCIAÇÃO	MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	INDETERMINADO	DE 1 ATÉ 5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS	31/12/2016	31/12/2015
Títulos para negociação							
Títulos Públicos Federais	110.266	-	-	106.765	3.501	110.266	138.677
Letras Financeiras do Tesouro	56.077	-	-	56.077	-	56.077	52.128
Notas do Tesouro Nacional – Série B	9.937	-	-	6.436	3.501	9.937	-
Operações Compromissadas	44.252	-	-	44.252	-	44.252	86.549
Crédito Privado e Depósitos	56.190	-	-	56.190	-	56.190	9.047
Letras Financeiras	56.122	-	-	56.122	-	56.122	8.568
Debêntures	68	-	-	68	-	68	479
Renda Variável (Ações)	-	-	-	-	-	-	66
Cotas de Fundos de Investimentos	169	-	169	-	-	169	674
FIDC CEDAE-Sen 1	62	-	62	-	-	62	171
FIDC CEDAE-Sen 2	24	-	24	-	-	24	59
FIDC Cesp Iv Subordinada Primeira – 187518	83	-	83	-	-	83	310
Fundo Investimentos Direitos Creditórios Mercantis Monsanto II	-	-	-	-	-	-	134
Disponibilidades	-	-	(33)	-	-	(33)	(30)
TOTAL	166.592		136	162.955	3.501	166.592	148.368

ii. Prevcummins II Fundo de Investimento Multimercado

	CATEGORIA		VENCIMENTO			VALOR CONTÁBIL	
	PARA NEGOCIAÇÃO	MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	INDETERMINADO	DE 1 ATÉ 5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS	31/12/2016	31/12/2015
Títulos para negociação							
Títulos Públicos Federais	73.059	-	-	70.090	2.969	73.059	59.562
Letras Financeiras do Tesouro	39.550	-	-	39.550	-	39.550	13.373
Letras do Tesouro Nacional	21.975	-	-	21.975	-	21.975	28.559
Notas do Tesouro Nacional – Série B	8.831	-	-	5.862	2.969	8.831	3.132
Notas do Tesouro Nacional – Série F	-	-	-	-	-	-	3.120
Operações Compromissadas	2.703	-	-	2.703	-	2.703	11.378

(...)

(...)

	CATEGORIA		VENCIMENTO			VALOR CONTÁBIL	
	PARA NEGOCIAÇÃO	MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO	INDETERMINADO	DE 1 ATÉ 5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS	31/12/2016	31/12/2015
Crédito Privado e Depósitos	14.853	-	-	14.119	734	14.853	19.591
Letras Financeiras	10.486	-	-	9.752	734	10.486	13.397
Debêntures	4.367	-	-	4.367	-	4.367	3.655
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	-	-	-	-	2.539
Derivativos	227	-	-	227	-	227	11
Futuros	-	-	-	-	-	-	-
Swap	(11)	-	-	(11)	-	(11)	11
Opções	238	-	-	238	-	238	-
Cotas de Fundos de Investimentos	1.865	-	1.865	-	-	1.865	1.949
Brasil óleo e Gás Excl FIDC CL UNICA	952	-	952	-	-	952	966
Chemical VIII FIDC Ind Petroquímica Sem	887	-	887	-	-	887	888
Driver Br Two B Volks FIDC Fin Veic Sem	26	-	26	-	-	26	95
Disponibilidades	(29)	-	(29)	-	-	(29)	(14)
TOTAL	89.975		1.836	84.436	3.703	89.975	81.099

iii. Bradesco Fundo de Investimento Multimercado Prevcummins

	CATEGORIA		VENCIMENTO			VALOR CONTÁBIL	
	PARA NEGOCIAÇÃO	ATÉ O VENCIMENTO	INDETERMINADO	DE 1 ATÉ 5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS	31/12/2016	31/12/2015
Títulos para negociação							
Títulos Públicos Federais	59.245	-	-	59.245	-	59.245	52.902
Letras Financeiras do Tesouro	43.383	-	-	43.383	-	43.383	38.099
Notas do Tesouro Nacional – Série B	-	-	-	-	-	-	618
Operações Compromissadas	15.862	-	-	15.862	-	15.862	14.185
Crédito Privado e Depósitos	14.628	-	-	14.628	-	14.628	17.169
Letras Financeiras	11.752	-	-	11.752	-	11.752	15.489
Debêntures	2.876	-	-	2.876	-	2.876	1.562
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	-	-	-	-	118

(...)

(...)

	CATEGORIA		VENCIMENTO			VALOR CONTÁBIL	
	PARA NEGOCIAÇÃO	ATÉ O VENCIMENTO	INDETERMINADO	DE 1 ATÉ 5 ANOS	ACIMA DE 5 ANOS	31/12/2016	31/12/2015
Cotas de Fundos de Investimentos	1.044	-	1.045	-	-	1.044	2.408
Brad Institucional FIA BDR Nível I	739	-	739	-	-	739	-
Chemical VIII FIDC Ind Petroquímica Sen	80	-	80	-	-	80	80
Driver BR Two B Volks FIDC Fin Veículos Sen	13	-	13	-	-	13	48
Driver Brasil Three Banco Volkswagen FIDC Financiamento de Veículos	85	-	85	-	-	85	232
FIDC Lojas Renner II Financiamento e Com Sênior	127	-	127	-	-	127	127
Bradesco Europa FI Multimercado Investimento no Exterior	-	-	-	-	-	-	1.163
SCE FIDC 2 Sênior	-	-	-	-	-	-	758
Outros emissores	-	-	-	-	-	-	-
Disponibilidades	(13)	-	(13)	-	-	(13)	(19)
TOTAL	74.904	-	1.031	73.873	-	74.904	72.460

b. Parâmetros de avaliação pelo valor de mercado

Os títulos privados integrantes da carteira são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido mensalmente dos rendimentos incorridos (curva) até a data do balanço, e ajustados ao valor de mercado, em função da classificação dos títulos.

c. Metodologia e critérios para avaliação dos riscos

Risco de Mercado

O processo de gerenciamento e de controle do risco de mercado das carteiras da Entidade é feito através do cálculo da divergência não planejada.

Risco de Crédito

Para o controle e avaliação do risco de crédito a Entidade utiliza a classificação de risco de crédito das emissões não-bancárias e bancárias das agências classificadoras de risco em funcionamento no País.

Risco de Liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é preocupação constante para a Entidade que mantém um percentual confortável de seus recursos totais em ativos de liquidez imediata, evitando a possibilidade de que haja qualquer dificuldade em honrar os compromissos Previdenciais no curto prazo.

Operacional

A Entidade registra eventuais perdas operacionais incorridas, realiza avaliações periódicas de suas atividades e processos, identificando os riscos inerentes e a efetividade dos controles praticados e quando necessário implanta planos de ação para mitigar os riscos identificados e aprimorar os controles, mecanismo que resulta em menor exposição a riscos.

Legal

Como forma de gerenciar o risco legal, a Entidade avalia todos os contratos junto a seus prestadores que participam do pro-

cesso de Investimentos da Entidade além de garantir acesso às possíveis mudanças na regulamentação.

Sistêmico

Mesmo diante da dificuldade de gerenciar e avaliar o risco sistêmico, a Entidade procura buscar informações no mercado que a auxiliem nesta avaliação e tomar todas as medidas cabíveis sempre que identificar sinais de alerta no mercado.

d. Custódia dos títulos e valores mobiliários

As aplicações no segmento de Renda Fixa estão registradas e custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos (CETIP), por meio de custodiantes próprios dos gestores das carteiras de investimentos, Banco Bradesco S/A, Banco Itaú S/A, BNP Paribas e Guepardo Investimentos.

6. EXIGÍVEL OPERACIONAL

6.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

	2016	2015
Retenções a recolher	157	231
Outras exigibilidades ^(*)	138	-
TOTAL GESTÃO PREVIDENCIAL	295	231

(*) Refere-se à contribuição de Patrocinadora recebida a maior em dezembro/2016, e regularizada em janeiro/2017.

6.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2016	2015
Contas a pagar		
Folha administrativa	60	52
Serviços de terceiros	154	145
	214	197
Retenções a recolher	74	62
Tributos a recolher	6	-
TOTAL GESTÃO ADMINISTRATIVA	294	259

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

7.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

Trata-se de ação de alvará judicial, de levantamento de saldo de conta de Participante falecido, conforme processo nº 1008222-25.2015.8.26.0224, que tramita pela 5ª vara Cível de Guarulhos. O valor da causa está corrigido em dezembro/2016 em R\$ 21.411,19. Escritório: Pereira Pulici Advogados.

7.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2016	2015
PIS/Cofins	967	885
TOTAL GESTÃO ADMINISTRATIVA	967	885

Trata-se de Ação Ordinária nº 2007.34.00.043193-0 de dezembro de 2007, que PrevCummins moveu pleiteando provimento jurisdicional que desobrigue a Entidade de recolher as Contribuições do PIS e da COFINS e pedido de compensação dos valores recolhidos a partir de 2001. O valor original de R\$ 620.721,31 foi atualizado em dezembro de 2016, através do extrato de movimentação dos depósitos judiciais, registrado contabilmente conforme quadro acima. O patrocinador do processo é Junqueira de Carvalho e Murgel Advogados.

8. PATRIMÔNIO SOCIAL

8.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram determinadas em bases atuariais, segundo cálculos efetuados pela WILLIS TOWERS WATSON, contratada pela PrevCummins, e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, oriundos de benefícios concedidos e a conceder a Participantes, Assistidos e seus Beneficiários.

	2016	2015
Patrimônio Social	345.420	311.374
Patrimônio de Cobertura do Plano	342.841	306.356
Provisões Matemáticas	341.955	305.823
Benefícios Concedidos	111.135	91.688
Contribuição Definida	108.305	88.492
Benefício Definido Estruturados em Regime Capitalização (*)	2.830	3.196
Benefícios Futuros Programados	1.567	2.233
Benefícios Futuros Não Programados	1.263	963
Benefícios a Conceder	230.820	214.135
Contribuição Definida	230.820	214.135
Equilíbrio Técnico	886	533
Resultados Realizados	886	533
Superávit Técnico Acumulado	886	533
Reserva de Contingência	498	533
Reserva Especial para Revisão do Plano	388	-
Fundos	2.579	5.018
Fundo Previdencial	281	1.304
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	281	1.304
Fundo Administrativo	2.298	3.714

(*) O saldo de benefícios definido estruturado em Regime de Capitalização refere-se aos valores de benefícios futuros dos 10 Beneficiários em gozo de benefícios de renda mensal vitalícia.

8.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

De acordo com o artigo 7º da Resolução CGPC nº 26/2008 alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015 o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do Passivo contábil})] \times \text{Provisão Matemática}$.

Para o Plano de Benefícios Prevcummins tivemos em 2015:

LIMITE MÁXIMO	LIMITE PELA FÓRMULA	MENOR LIMITE
25%	$10\% + (1\% \times 7,00) = 17\%$	17%

Em 2015, o Superávit Técnico Acumulado foi menor que 17% das Provisões Matemáticas, sendo o mesmo alocado na reserva de contingência o valor de R\$ 533.

Para o Plano de Benefícios Prevcummins tivemos em 2016:

LIMITE MÁXIMO	LIMITE PELA FÓRMULA	MENOR LIMITE
25%	$10\% + (1\% \times 7,59) = 17,59\%$	17,59%

No exercício de 2016, a duração do Passivo do plano de benefícios foi de 7,59 anos, e conforme regra estabelecida pela CNPC 22 de 2015, o limite máximo para alocação e reserva de contingência passa a ser de 17,59% das provisões matemáticas. Sendo assim foi alocado em Reserva de Contingência o valor de R\$ 498 e na Reserva Especial para Revisão do Plano o valor de R\$ 388.

8.3. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Para Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016 e 2015, passa a ser obrigatória o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme o disposto no artigo nº 28 da Resolução CNPC nº 26/2008, nas situações de equacionamento de déficit e distribuição de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondentes à diferença entre o valor de tais títulos calculados considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Para o Plano de Benefícios Prevummins, uma vez que não há títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008, não é aplicável.

8.4. FUNDOS

O Fundo da Gestão Previdencial (Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar) é constituído pela parcela do Saldo da Conta de Patrocinadora que for destinada ao pagamento de benefícios ou de Institutos e poderá ser utilizado na forma prevista no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Prevummins, observado o disposto na legislação vigente.

O Fundo da Gestão Administrativo (Fundo Administrativo) corresponde ao valor apurado decorrente das sobras entre as Contribuições para a cobertura das despesas administrativas Previdenciais e as despesas administrativas Previdenciais mensais efetivamente incorridas.

9. MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS E FUNDOS

A movimentação do exigível atuarial e dos fundos durante o exercício pode ser resumida como segue:

	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	CONSTITUIÇÃO NO EXERCÍCIO	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
Provisões Matemáticas			
Benefícios Concedidos	91.688	19.447	111.135
Benefícios a Conceder	214.135	16.685	230.820
Total de Provisões Matemáticas	305.823	36.132	341.955
Superávit Técnico Acumulado			
Reserva de Contingência	533	(35)	498
Reserva Especial para Revisão do Plano	-	388	388
Total do Equilíbrio Técnico	533	353	886
Fundos			
Previdencial	1.304	(1.023)	281
Administrativo	3.714	(1.416)	2.298
TOTAL DE FUNDOS	5.018	2.439	2.579

9.1. HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

Para apuração das provisões matemáticas de benefícios concedidos referentes à parcela de Benefício Definido do plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2016	2015
Hipóteses Econômicas		
Taxa de Juros	4,5%	4,5%
Crescimento Salarial	Não aplicável	Não aplicável
Capacidade Salarial/Benefícios	97%	97%
Hipóteses Biomédicas		
Mortalidade	AT-2000	AT-2000
Mortalidade de Inválido	IAPB-57	IAPB-57

Os Benefícios do Plano são avaliados pelo Regime de Capitalização e pelo método atuarial de Capitalização Financeira.

Foi realizada em 2016 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006, a Portaria PREVIC nº 197/2015 e a Instrução nº 23/2015. Foram analisadas as hipóteses da Tábua de Mortalidade Geral, Tábua de Mortalidade de Inválidos, Crescimento Real do Benefícios e Fator de determinação do valor real ao longo do tempo.

Além disso, foi realizado em 2016 e 2015 o estudo de aderência da taxa real anual de juros para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução nº 23/2015. Nesse estudo, quando apurada a TIR dos Passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 50%, suporte para adoção da taxa real de juros de 5,39% a.a (2015 – 5,13% a.a.) para o Plano de Benefícios. Essa taxa é inferior a taxa de juros máxima indicada pela legislação. Assim, com um intervalo de confiança de 68% (2015 – 65%) a TIR calculada pelo estudo indica que a alocação atual dos ativos é compatível com a taxa real de juros de 4,50% a.a., utilizada na avaliação atuarial de 2015.

Face ao exposto, a taxa real anual de juro de 4,50% foi selecionada para a avaliação atuarial anual referente ao exercício de 2016 e 2015 por ser adequada às características da massa de Participantes vinculados ao plano de benefícios, à rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo das despesas.

O indexador utilizado pela Prevcummins para a taxa anual de juros real é o INPC.

10. CRITÉRIO DE RATEIO

As despesas administrativas do Plano de Benefícios da Prevcummins serão custeadas integralmente pelo plano, por se tratar de despesas específicas. As despesas poderão ser distribuídas entre a Gestão Administrativa e do fluxo dos investimentos por meio de critério de rateio no qual será detalhado no orçamento anual e definido pela Diretoria Executiva.

11. EVOLUÇÃO DA QUOTA

A evolução do valor da cota do patrimônio, incluindo o Fundo Administrativo, bem como sua rentabilidade nos exercícios, são as seguintes:

PLANO PREVCUMMINS	EM 31/12/2016	EM 31/12/2015
Patrimônio social	345.420	311.374
Valor da cota universitário (R\$)	152,12	131,82
Rentabilidade no exercício (%)	15,40	10,45
Meta atuarial (%)*	11,38	16,28

(*) Meta Atuarial: INPC + 4,5% a.a. para 2015 e INPC + 4,5% a.a. para 2016.

12. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – PGA

Em atendimento a Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, a Entidade elaborou o Regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

13. GOVERNANÇA, GESTÃO E CONTROLES INTERNOS

A Resolução CGPC nº 13, de 1º de outubro de 2004, estabelece princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem observados pelas Entidades



Fechadas de Previdência Complementar, adequados ao porte, complexidade e riscos inerentes aos Planos de Benefícios por elas operados, a fim de assegurar o pleno cumprimento de seus objetivos. A PrevCummins em consonância com as boas práticas de governança vem ao longo do tempo introduzindo controles na busca de melhoria dos processos, tendo como consequência mitigação de riscos. Sua estrutura de gestão é composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e, em 2003 foi criado o Comitê de Investimentos para acompanhamento da gestão de riscos dos investimentos. Ainda foram elaborados o Manual de Governança, Código de Ética e Regimento Interno. A PrevCummins contratou um sistema de monitoramento de riscos, o qual auxilia o Conselho Fiscal em suas funções de acompanhamento dos riscos e controles da Entidade.

14. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da PrevCummins podem ser assim consideradas: os Participantes e as Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento do Plano de Benefícios PrevCummins para os seus empregados e Dirigentes; e seus administradores, compostos pelos Membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social do Plano. Conforme consta na Política de Investimentos, vigente para o ano de 2016, são vedadas as aquisições de quaisquer títulos, inclusive títulos de crédito, de emissão das Patrocinadoras do Plano de Benefício administrados pela PrevCummins.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a PrevCummins não mantém saldo decorrentes de transações com partes relacionadas, a não ser pelo curso normal das atividades do plano.

15. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DA CONSOLIDAÇÃO

O quadro a seguir apresenta as contas contábeis utilizadas e os respectivos valores relativos à consolidação do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016, para que o registro obrigatório do patrimônio do Fundo Administrativo, registrado no Plano de Benefício como Participação do Plano de Gestão Administrativa, tenha o seu resultado nulo no Balanço Patrimonial:

CÓDIGO	CONTA	VALOR
1.2.2.3.00.00.00	Participação no Plano de Gestão Administrativa	2.298
2.3.2.2.02.00.00	Participação no Fundo Administrativo do PGA	2.298

Silvana Regina de Oliveira

Diretora Superintendente
CPF: 078.398.758-74

Angélica Alves de Araújo

Diretora Administrativa
CPF: 842.785.958-91

Rodrigo Francisco do Prado Silva

Contador – CRC 1SP-221255/O-0
CPF: 011.932.857-71

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da Prevcummins – Sociedade de Previdência Privada – Guarulhos – SP

OPINIÃO

Examinamos as Demonstrações Contábeis da Prevcummins – Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, do Plano de Gestão Administrativa e das provisões técnicas do Plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prevcummins – Sociedade de Previdência Privada em 31 de dezembro de 2016 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações Contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações Contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Contábeis.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações Contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações Contábeis.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações Contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações Contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações Contábeis, inclusive as divulgações e se as Demonstrações Contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de março de 2017.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato

Contador CRC 1SP160769/O-0

PARECER ATUARIAL

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2016 do Plano de Benefícios Prevcummins, administrado pela Prevcummins Sociedade de Previdência Privada, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade posicionado em 31/12/2016.

As empresas Patrocinadoras do Plano de Benefícios Prevcummins são: Cummins Brasil Ltda., Prevcummins Sociedade de Previdência Privada, Cummins Filtros Ltda. e Cummins Vendas e Serviços de Motores e Geradores Ltda.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela Entidade e por suas Patrocinadoras, verificou-se que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das Patrocinadoras, do administrador do plano e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As Patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Prevcummins aos Participantes e respectivos Beneficiários do Plano de Benefícios Prevcummins.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2016.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o Regulamento vigente aprovado pela então Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, através da Portaria nº 518, de 30/09/2013.

I – ESTATÍSTICAS

BENEFÍCIOS A CONCEDER	31/12/2016
Participantes Ativos (considerando os Autopatrocinados)	
Número	1.572
Idade média (em anos)	37,8
Tempo de serviço médio (em anos)	8,3
Participantes em aguardo de Benefício Proporcional	
Número	97

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	RENDA VITALÍCIA	RENDA FINANCEIRA	CONSOLIDADO
Número de aposentados válidos	5	148	153
Idade média (em anos)	76,7	64,6	65,0
Valor médio do Benefício (em reais)	2.363	4.993	4.907
Número de aposentados inválidos	1	1	2
Idade média (em anos)	81,7	56,6	69,2
Valor médio do Benefício (em reais)	658	974	816
Número de pensionistas (grupos familiares)	4	10	14
Idade média (em anos)	77,3	64,0	67,8
Valor médio do Benefício (em reais)	2.590	2.135	2.265

II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a PrevCummins e contam com o aval das Patrocinadoras do Plano de Benefícios PrevCummins, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23, de 26/06/2015.

Para apuração das provisões matemáticas de benefícios concedidos referentes à parcela de Benefício Definido do Plano foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2016	2015
Taxa real anual de juros	4,50%	4,50%
Projeção do crescimento real dos Benefícios do Plano	N/A	N/A
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo		
Benefícios do Plano	97%	97%
Indexador do Plano	INPC (IBGE)	INPC (IBGE)

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2016	2015
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic segregada por sexo	AT-2000 Basic segregada por sexo
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Composição familiar		
Benefícios concedidos	Composição informada	Composição informada

Foi realizado em 2016 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006, a Portaria PREVIC nº 197/2015 e a Instrução nº 23, de 26/6/2015. Foram analisadas as seguintes hipóteses:

- Tábua de Mortalidade Geral (Válidos)
- Tábua de Mortalidade de Inválidos
- Crescimento Real dos Benefícios
- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Além disso, foi concluído o estudo taxa real anual de juros em 2016, para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução nº 23 de 26/06/2015.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a redação vigente da Resolução CGPC nº 18/2006 e da Instrução nº 23, de 26/06/2015, deve ser justificada pela Entidade Fechada de Previdência Complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de Contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Precvummins para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios do plano resultantes da última avaliação atuarial, os quais foram elaborados com as hipóteses recomendadas por estudos de aderência das hipóteses biométricas e demográficas e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no Regulamento vigente aprovado.

Quando apurada a TIR dos Passivos, obteve-se, com nível de confiança de 50% (intervalo de confiança mínimo exigido pela Instrução nº 23/2015), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,39% a.a. para o plano de benefícios. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria PREVIC nº 186/2016 para esse plano (limite inferior de 4,31% e limite superior de 6,55%). Para a manutenção da taxa de juros utilizada em 2015, de 4,50% a.a., o mesmo estudo apresentou um nível de confiança de 68%.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Precvummins, informamos que a taxa real anual de juros de 4,50% (quatro vírgula cinquenta por cento) foi selecionada para a avaliação atuarial anual referente ao exercício de 2016 por ser adequada às características da massa de Participantes vinculados ao plano de benefícios, à rentabilidade projetada dos investimentos e ao fluxo de receitas e despesas.

Os dados cadastrais do estudo foram providenciados e validados pelo Administrador Responsável pelo Plano de Benefícios (ARPB) e as informações relativas aos investimentos providenciadas e validadas pelo Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ). O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo da Precvummins e com parecer emitido pelo Conselho Fiscal.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

O fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos benefícios no valor de 97% reflete uma inflação de longo prazo de aproximadamente 5% a.a. A seleção da hipótese de inflação de longo prazo (4,85% a.a.) foi baseada nas expectativas do Comitê de Investimentos da Willis Towers Watson após sua análise e projeção de cenários macroeconômicos realizada em reunião de setembro/2016.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos Participantes dos Planos de Benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de Participantes dos Fundos de Pensão.

A Willis Towers Watson realizou em dezembro/2016 um estudo de aderência das hipóteses atuariais para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006, a Portaria PREVIC nº 197/2015 e a Instrução nº 23, de 26/6/2015. Nessa ocasião foram analisadas as hipóteses de tábua de mortalidade geral e tábua de mortalidade de inválidos. As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas na avaliação de 2016 são as indicadas por esse estudo.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Os Benefícios do Plano são avaliados pelo Regime de Capitalização e pelo método atuarial de Capitalização Financeira.

Os métodos de financiamento são adequados à natureza do plano e atendem ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012.



III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balancete do Plano de Benefícios PrevCummins de 31 de dezembro de 2016, o Patrimônio Social é de R\$ 345.419.801,24.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela PrevCummins. A PrevCummins

informou que os títulos desse plano estão enquadrados na categoria “títulos para negociação”.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano e dos Fundos em 31 de dezembro de 2016 é a seguinte:

	VALORES EM R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	342.840.885,82
Provisões Matemáticas	341.955.421,45
Benefícios Concedidos	111.135.159,04
Contribuição Definida	108.305.285,52
Saldo de Conta de Assistidos	108.305.285,52
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	2.829.873,52
Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.567.146,12
Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.262.727,40
Benefícios a Conceder	230.820.262,41
Contribuição Definida	230.820.262,41
Saldo de Contas – Parcela Patrocinador(es)	107.432.609,38
Saldo de Contas – Parcela Participantes	123.387.653,03
BD Estruturado em Regime de Capitalização Programado	0,00
BD Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
Provisão Matemática a Constituir	0,00
Serviço Passado	0,00
Deficit Equacionado	0,00
Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
Equilíbrio Técnico	885.464,37
Resultados Realizados	885.464,37

(...)

(...)

	VALORES EM R\$
Superavit Técnico Acumulado	885.464,37
Reserva de Contingência	497.774,75
Reserva Especial para Revisão de Plano	387.689,62
Deficit Técnico Acumulado	0,00
Resultados a Realizar	0,00
Fundos	2.578.915,42
Fundo Previdencial	281.296,27
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	281.296,27
Fundo Administrativo	2.297.619,15

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é constituído pela parcela do Saldo da Conta de Patrocinadora que não for destinada ao pagamento de benefícios ou de Institutos e poderá ser utilizado na forma prevista no plano de custeio anual, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade, observado o disposto na legislação vigente.

Reserva de Contingência

De acordo com o art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 22/2015 o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do Passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$

Para o Plano de Benefícios Cummins, temos:

LIMITE MÁXIMO	LIMITE PELA FÓRMULA	MENOR LIMITE
25%	$10\% + (1\% \times 7,59) = 17,59\%$	17,59%

Considerando que a duração do Passivo apurada em 31/12/2016 do Plano de Benefícios PrevCummins foi de 7,59 anos, o limite de 17,59% das provisões matemáticas passa a ser o valor máximo a ser alocado em Reserva de Contingência. Sendo assim, foi alocado em Reserva de Contingência o

valor de R\$ 497.774,75 e na Reserva Especial para Revisão do Plano o valor de R\$ 387.689,62.

Ressaltamos que entende-se por Provisões Matemáticas as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Ajuste de Precificação

Para a Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2016, passa a ser obrigatório o cálculo e aplicação do Ajuste de Precificação, conforme disposto no artigo nº 28 da Resolução CNPC nº 26/2008, nas situações de equacionamento de déficit e distribuição de superávit.

O valor de Ajuste de Precificação é calculado para títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, correspondente à diferença entre o valor de tais títulos calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na Avaliação Atuarial e o valor contábil desses títulos.

Para o Plano de Benefícios PrevCummins, uma vez que não há títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", o ajuste de precificação definido na Resolução CGPC nº 26/2008 não é aplicável.



V – VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro a seguir apresenta um resumo do Passivo atuarial encerrado em 31/12/2016 comparado com o Passivo atuarial encerrado em 31/12/2015 atualizado, pelo método de recorrência, para 31/12/2016.

VALORES EM R\$			
	EXERCÍCIO ENCERRADO	EXERCÍCIO ANTERIOR ATUALIZADO	VARIAÇÃO EM %
Passivo Atuarial	341.955.421,45	342.463.784,67	-0,15
Benefícios Concedidos	111.135.159,04	111.643.522,26	-0,46
Contribuição Definida	108.305.285,52	108.305.285,52	0,00
Benefício Definido	2.829.873,52	3.338.236,74	-15,23
Benefícios a Conceder	230.820.262,41	230.820.262,41	0,00
Contribuição Definida	230.820.262,41	230.820.262,41	0,00
Benefício Definido	-	-	0,00

Convém ressaltar que do Passivo Atuarial de R\$ 341.955.421,45, 0,83% (R\$ 2.829.873,52) são atuarialmente determinados com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das provisões matemáticas de benefícios concedidos relativa às rendas mensais vitalícias. Os 99,17% restantes (R\$ 339.125.547,93) são provenientes dos saldos de conta formados pelas Contribuições dos Participantes e das Patrocinadoras acrescidas do retorno dos investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Prevcummins.

A redução da provisão matemática de Benefício Definido decorre do falecimento de um Participante que recebia renda mensal vitalícia, além da conversão de uma renda vitalícia em saldo de contas.

VI – PLANO DE CUSTEIO

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001 e também com as disposições previstas no Regulamento do Plano, as Patrocinadoras deverão efetuar, durante o ano de

2017, as Contribuições normais previstas no Regulamento do plano e estimadas em 3,58% da folha de salários de participação dos Participantes do plano. Essa estimativa considera a manutenção do atual nível de contribuição dos Participantes bem como a folha salarial informada na data-base dos dados.

As Patrocinadoras poderão utilizar durante o ano de 2017, mediante reversão mensal, os recursos existentes no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, desde que sejam suficientes para financiar as Contribuições mensais da Patrocinadora. Esgotados os recursos existentes no Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar ou na hipótese de serem insuficientes para cobertura da contribuição do mês as Patrocinadoras deverão retomar o recolhimento mensal das Contribuições.

A contribuição para custeio das despesas administrativas será igual a 0,20% da folha de salários de participação e tem vigência por um ano a partir de 1/3/2017. Fica facultada a utilização dos recursos do Fundo Administrativo para cobertura das despesas administrativas. A utilização do Fundo Administrativo poderá ser alterada pelo Conselho Deliberativo no decorrer do exercício, limitada à tota-

lidade dos recursos alocados no fundo. Caso os recursos existentes no Fundo Administrativo se esgotem as Patrocinadoras ficarão responsáveis pelo recolhimento mensal do montante equivalente às despesas administrativas.

Participantes

As Contribuições básicas dos Participantes, previstas no Regulamento do plano, foram estimadas em 4,13% da folha de salários de participação dos Participantes do plano. Essa estimativa considera a manutenção do atual nível de contribuição dos Participantes bem como a folha salarial informada na data-base dos dados.

Autopatrocínados

Os Participantes autopatrocinados deverão realizar, além de suas Contribuições, as Contribuições que seriam feitas pela Patrocinadora para cobertura do benefício programado, acrescidas da contribuição para cobertura das despesas administrativas correspondente a 0,20% do total de suas Contribuições vertidas ao plano (Participante e Patrocinadora), observando o valor mínimo de R\$ 5,30.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os Participantes aguardando Benefício Proporcional Diferido deverão efetuar Contribuições mensais para cobertura das despesas administrativas no valor de R\$ 5,30 a serem deduzidos de seu Saldo de Conta, conforme previsto no Regulamento e aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O valor mínimo de contribuição administrativa dos Participantes autopatrocinados e benefícios proporcionais diferidos tem vigência por um ano a partir de 1/3/2017, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, a contribuição realizada pelo Participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste Parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

VII – CONCLUSÃO

A variação do superavit do plano entre 2015 e 2016 decorre das variações cadastrais e patrimoniais observadas no exercício.

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Precvummins da Precvummins Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano encontra-se solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Precvummins com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2016. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Precvummins em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2017.

Sátyro Teixeira

MIBA nº 1.158

Renata Amaral

MIBA nº 1.258

Rodrigo Azevedo

MIBA nº 2.944

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2017

Aos vinte e um dias do mês Março do ano de 2017, às 8 horas, na sede da Entidade, à Rua Jati, 310, Bairro de Cum-bica, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, reuniu-se o Conselho Fiscal da Prevcummins – Sociedade de Previdência Privada. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos a Conselheira Presidente deste Conselho Fiscal, Sra. ROSELI GOMEZ FERNANDES CORSO, que indicou a mim, MIRIAN MIDORI KINA, para secretariá-los. Na conformidade da Ordem do Dia, o Conselho Fiscal, discutiu e, por unanimidade, deliberou consignar parecer favorável às Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compostas de Balanço Patrimonial

(consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT e as respectivas Notas Explicativas as quais foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer que delas faz parte integrante; e das informa es constantes nas Demonstra es Atuariais (DA Web), em 31 de dezembro de 2016. Como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou a Sra. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Guarulhos, 21 de Março de 2017.

Roseli Gomez Fernandes Corso
Presidente da Mesa

Mirian Midori Kina
Secretária da Mesa

Claudia Cristina Amatruda

Katia Regina da Silva

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DA DIRETORIA EXECUTIVA REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2017

Aos nove dias do mês Março do ano de 2017, às 10:00, na sede da Entidade, á Rua Jati, 310, Bairro de Cumbica, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, reuniu-se a Diretoria Executiva da PrevCummins – Sociedade de Previdência Privada. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos a Diretora Superintendente, Sra. SILVANA REGINA DE OLIVEIRA, que indicou a mim, ANGÉLICA ALVES DE ARAÚJO, para secretariá-la. Instalada a reunião, por determinação da Sra. Presidente, procedi a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Diretores discutir e deliberar sobre os seguintes itens: a) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT e respectivas Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes; e b) as informa es constantes nas Demonstra es Atuariais (DA Web), em 31 de dezembro de 2016; c) outros assuntos de interesse da Entidade. Em discussão o primeiro item da Ordem do Dia, a Sra. Presidente submeteu   aprecia o e

aprova o da Diretoria Executiva as Demonstra es Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT e respectivas Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes o qual foi por todos aprovados. Prosseguindo, a Diretoria Executiva deliberou submeter   aprecia o dos demais órgãos que compõem a estrutura organizacional da Entidade, os documentos citados no item “b” da Ordem do Dia, destacando que as informa es constantes nas Demonstra es Atuariais (DA Web), em 31 de dezembro de 2016, sendo os mesmos também aprovados. Após o que, a Diretoria Executiva deliberou pela submissão, ao Conselho Deliberativo, dos referidos resultados para aprova o daquele colegiado. Finalmente, passando para o item “c” da Ordem do Dia, a Sra. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou a Sra. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Guarulhos, 09 de Março de 2017.

Silvana Regina de Oliveira
Presidente da Mesa

Angélica Alves de Araújo
Secretária da Mesa

Laurinete Paganotti Resende

Delany K. S. C. Rocha

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO REALIZADA EM 09 DE MARÇO DE 2017

Aos nove dias do mês Março do ano de 2017, às 14:00 horas, na sede da Entidade, na Rua Jati, 310, Bairro de Cumbica, Município de Guarulhos, Estado de São Paulo, reuniu-se o Conselho Deliberativo da Prevcummins – Sociedade de Previdência Privada. Na qualidade de Presidente da Mesa, assumiu a direção dos trabalhos o Conselheiro Presidente, RONALDO DE ANDRADE FLORIDO, que indicou a mim, ADRIANA MARTINELI BARBOSA, para secretariá-lo. Instalada a reunião, por determinação do Sr. Presidente, procedeu a leitura da Ordem do Dia, devendo os Srs. Conselheiros discutir e deliberar sobre os seguintes itens: a) Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, compostas de Balanço Patrimonial (consolidado), Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DAL, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios – DMAL, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT e respectivas Notas Explicativas e o relatório dos Auditores Independentes; e b) outros assuntos de interesse da Entidade. Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e aprovação dos Srs. Conse-

lheiros, os documentos citados nos itens “a” da Ordem do Dia, apresentados pela JCMB Consultores em conjunto com a Diretoria Executiva em reunião ocorrida no dia 03/03/2017, destacando que as Demonstrações Contábeis submetidas foram devidamente apreciadas por auditores independentes, conforme Parecer integrante daquelas Demonstrações, assim como foi examinada pelo Conselho Fiscal da Entidade, em Reunião Ordinária em 09 de Março de 2017. Discutido o assunto, o Conselho deliberou, por unanimidade, após detalhado exame, aprovar, sem restrições, considerando o fato de que sobre as mesmas registra-se parecer favorável dos auditores independentes e do Conselho Fiscal, exonerar de responsabilidade sobre as contas do exercício, os membros da Diretoria Executiva da Entidade. Os documentos objeto das deliberações, supra mencionados no item “a” da Ordem do Dia, foram devidamente rubricados em via original pelos Srs. Conselheiros e ficarão arquivados na Entidade. Finalmente, passando para o item “b” da Ordem do Dia o Sr. Presidente concedeu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como nada mais houvesse a tratar e ninguém fizesse uso da palavra, determinou o Sr. Presidente fosse lavrada esta ata, a qual, lida e achada conforme, foi por todos assinada.

Guarulhos, 09 de Março de 2017.

Ronaldo de Andrade Florido
Presidente da Mesa

Adriana Martineli Barbosa
Secretário da Mesa

Marcelo A. S. Pereira

GLOSSÁRIO

| B |

Balanco Patrimonial

Registro contábil resumido do estado patrimonial de uma empresa ou Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), que apresenta os saldos credores e devedores num certo período. O documento deve demonstrar a exata situação econômico-financeira da Entidade e dar por encerradas as operações contábeis do período.

BPD

Participantes com Benefício Proporcional Diferido, ou seja, aqueles que já se desligaram da empresa Patrocinadora, mas mantiveram seus recursos no plano e aguardam a elegibilidade a um benefício de aposentadoria.

| D |

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido

Apresenta os fatos contábeis modificativos do Ativo Líquido – adições e destinações – de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrado pela Entidade.

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social

Apresenta as destinações dos Planos de Benefícios Previdenciais e assistenciais geridos pela Entidade e da Gestão Administrativa, cuja soma resulta nos valores que aumentam ou diminuem o Patrimônio Social da Entidade.

Demonstração da Provisão Técnica

Demonstração que apresenta a composição das provisões técnicas de cada Plano de Benefícios Previdenciais administrados pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC).

Demonstração do Ativo Líquido

Apresenta a composição e o valor do Ativo de cada Plano de Benefícios administrado pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), deduzido das obrigações operacionais e contingenciais, dos fundos não Previdenciais (Fundo Administrativo e Fundo dos Investimentos).

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa

Apresenta os resultados administrativos consolidados, contendo a abertura das receitas e despesas administrativas comuns e específicas da Entidade na gestão dos Planos de Benefícios Previdenciais.

Demonstrações Financeiras

Conjunto de demonstrativos financeiros que compõem o Relatório Anual de uma empresa.

Demonstrativo de Investimentos

Radiografia das aplicações financeiras dos Planos de Benefícios feitas mensalmente pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), mas cuja divulgação para Participantes e Assistidos, por mudanças na legislação, passou a ser anual em 2006.

Despesa Administrativa

Valor gasto com a administração do Plano de Benefícios.

| N |

Notas Explicativas

Informações mais detalhadas sobre assunções contábeis ou da operação em geral de uma empresa, que são adicionadas aos demonstrativos contábeis.

| P |

Parecer Atuarial

Documento elaborado pelo atuário que certifica o nível de reservas e situação financeiro-atuarial do Plano em determinada data.

Patrimônio Social

Diferença entre o valor dos Ativos e dos Passivos operacionais e contingenciais nas Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC) e Planos de Benefícios Previdenciais.

Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Ente contábil com a finalidade de registrar as atividades referentes à Gestão Administrativa da Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), na forma do seu Regulamento.

Política de Investimentos

Sintetiza os objetivos e metodologia na alocação dos recursos de cada um dos Planos administrados pela Entidade. O documento, elaborado anualmente pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo, é fundamental para administração dos recursos dos Planos de Benefícios.





Prevcummins

Rua Jati, 310 | Cumbica | Guarulhos, SP | CEP 07180-900
(11) 2186-4627 / 4926 / 4534 | www.prevcummins.com.br